R E Q U E R I M E N T O

Assunto: *Solicitando ao prefeito informações e providências sobre o tráfego de caminhões no centro da cidade e seus impactos.*

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito para que através do setor competente da Municipalidade informe quais providências estão sendo adotadas pelo Poder Executivo quanto à circulação de caminhões em áreas centrais do município, especialmente diante dos constantes casos de rompimento de fios de telefonia e internet, ocasionando transtornos à população e risco à segurança.

Considerando que o tráfego de veículos pesados no centro da cidade já é disciplinado por legislação municipal específica, solicito que seja informado:

1. Se há fiscalização efetiva quanto ao cumprimento das normas de restrição de tráfego de caminhões no centro;

2. Se há estudo atualizado sobre os impactos dessa circulação irregular;

3. Quais medidas foram ou serão tomadas para coibir esse tipo de ocorrência;

4. Se as empresas responsáveis pelos danos têm sido devidamente notificadas e responsabilizadas.

Diante da inércia do Poder Público quanto à fiscalização e cumprimento da legislação vigente, requeiro, por fim, o envio de cópia deste requerimento ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

Assinado de forma digital por ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO:33378319828
Dados: 2025.09.11 13:48:43 -03'00'

ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO

Vereador – REPUBLICANOS

ICP Brasil Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



ICP Brasil
Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).





Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).